ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE BONS ANTECEDENTES ADMINISTRATIVOS

Eu, _____, brasileiro(a), _____ (estado civil), RG nº

_____, órgão emissor _____, CPF nº _____, residente à Rua/Avenida

_____, nº_____, complemento _____,

bairro_____, cidade_____,

estado_____, tendo sido aprovado no concurso para provimento dos cargos integrantes do

Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Ceará, DECLARO, sob as penas da lei (art. 2º da lei 7.115/1983),

como prova de bons antecedentes, para fins de posse no cargo de _____,

QUE,

( ) Não sofri, no exercício de função pública, a penalidade prevista no § único, art. 200, da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará.
Art. 200 - Tendo em vista a gravidade do ilícito, a demissão poderá ser aplicada com a nota "a bem do serviço público", a qual constará sempre nos casos de demissão referidos nos itens I e VII do artigo 199.

QUE, NOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS:

( ) NÃO SOFRI CONDENAÇÃO por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;

( ) NÃO FUI PUNIDO, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;

( ) NÃO FUI CONDENADO EM PROCESSO JUDICIAL pela prática de crimes contra a administração pública, capitulados nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº. 7.492/1986, e na Lei nº. 8.429/1992.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.
Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

Fortaleza, aos de de

_____
DECLARANTE